

# **VIOLÊNCIA NA ESCOLA E QUALIDADE POLÍTICA. RELATOS E QUESTIONAMENTOS RECONSTRUTIVOS VISANDO O RESGATE DA DIGNIDADE DOCENTE.**

**SOUZA, A. P. <sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Sindicato dos Profissionais da Educação – Núcleo Queimados.

**Palavra-chave:** Qualidade política; Pobreza política; Riscos psicossociais.

O resgate da dignidade dos profissionais da educação parece condição necessária e urgente para trilharmos rumo à qualificação da democracia, ao fortalecimento dos direitos humanos e a consolidação do bem comum. Colocar o Estado e o mercado para que se subordinem à lógica do bem comum, ao invés da lógica abstrata da mercadoria, como exige o neoliberalismo, requer uma cidadania ativa e bem organizada. Enquanto não construímos tais condições, vemos os riscos psicossociais no trabalho se tornando uma realidade cada vez mais evidente no âmbito da gestão educacional e da gestão escolar. Segundo Luciana Baruki (2018), os riscos psicossociais engloba fatores que vão desde a organização inadequada do trabalho, passando por demandas excessivas até a falta de suporte e/ou de condições de realização das tarefas laborais. Tais pressões atuam como gatilhos para condições como estresse crônico, ansiedade e depressão. Não por acaso, Gábor Maté afirma que “os transtornos mentais se tornaram o maior desafio do século XXI” (2023, p15). A saúde mental do trabalhador da educação nunca esteve tão vulnerável. Se antes os ataques surgiam de fora do sistema educacional ou dos órgãos centrais e intermediários dos governos, atualmente, contrariando esta lógica, vemos a opressão ocorrer entre os próprios pares. Neste estudo apresentaremos dois relatos de experiências, de dois processos administrativos disciplinares (PAD) instalados contra o mesmo profissional da educação, porém em duas diferentes redes públicas municipais de ensino. Como se não bastassem os ataques externos (imprensa, mercado neoliberal etc.) e os ataques internos oriundos dos altos escalões dos governos, colegas de profissão optam por aliar-se aos opressores em detrimento do colega oprimido. Pedro Demo (2006), chama de “pobreza política” essa condição de massa de manobra, marcada pela incapacidade de tomar o destino nas próprias mãos. Com base na análise do inteiro teor desses PADs e das decisões finais das respectivas comissões (o primeiro já finalizado, com suspensão de 32 dias; o segundo ainda em curso, aguardando decisão final) apresentaremos alternativas concretas para o enfrentamento deste fenômeno que fere e sufoca o profissional da educação. É urgente ampliarmos a participação cidadã ativa, tanto nos conselhos escolares, quanto na vida sindical associativa. É crucial investirmos na “qualidade política” para resgatar a dignidade do profissional da educação.